**ATA Nº 023-04/2020**

Ao oitavo (8º) dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte (2020), com início às dezenove horas (19h00min), na sede do Poder Legislativo, foi realizada a vigésima terceira (23ª) Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa – Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Santa Clara do Sul. Presentes os seguintes vereadores: Airton Teloken, Edson José Mallmann, Eduardo Ferla, Helena Lúcia Herrmann, José Adair Matthes, Marcelo Foltz, Márcio Luiz Haas, Mauro Antônio Heinen e Rosani Maria Hendges Richter. Verificada a presença do número regimental, o senhor presidente, Márcio Luiz Haas, abriu os trabalhos, saudando a todos. A secretária fez a leitura de uma mensagem, e foi feita uma oração. ATA Nº 022-04/2020 da sessão ordinária do dia 1º de julho de 2020, foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Conforme o Boletim Nº 23-04/2020 em anexo. **VEREADORES INSCRITOS: Marcelo Foltz (PT)** – Solicita informações à Administração Municipal sobre a limpeza feita nos fundos da antiga fumageira. Pede que informe o que foi feito com os materiais retirados dos galpões demolidos (madeiras, telhas, tijolos), sobretudo qual foi o destino deles. **Airton Teloken (PP)** – Solicita à Administração Municipal a instalação de espaços destinados para carga e descarga na área central do Município, atendendo à reclamação de freteiros. **Rosani Maria Hendges Richter (PP)** – Solicita à Administração Municipal que envie a esta Casa a relação de quantos alvarás tem no Município e o valor arrecadado com ISSQN destas empresas, com urgência. **ORDEM DO DIA:** Não tiveram projetos. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Rosani Maria Hendges Richter (PP) –** Cumprimenta a todos os presentes e retoma a questão do pedido de isenção do Milho Troca-Troca, enviado por ela para a Administração Municipal, o qual foi negado mediante justificativa de ser ano eleitoral. Ela conta que foi elogiável a atitude do prefeito, em abril, de exonerar vários cargos e suspender contratos para economizar por conta da previsão de queda na arrecadação. No entanto, se diz surpresa por o Município ter retomado as contratações neste período de pandemia, em especial a contratação feita no dia 7 de julho, de dirigente de equipe de sala do empreendedor. Questiona se este é o momento de contratar, quando todos estão economizando. Diz que o CC3 representa custo anual de cerca de R$ 36 mil, e acima de R$ 50 mil somando os encargos. Diante disso, questiona o porquê não foram ajudados os cerca de 400 agricultores com a isenção das sementes, sendo que o Governo do Estado o fez. Calcula que a isenção custaria apenas cerca de R$ 12 mil, o que segundo ela é apenas um quarto do que ganha uma servidora. Ressalta que o povo que sofreu com seca e pandemia precisa de ajuda, e diz estar curiosa o que tem de concreto de ajuda para comércio e serviços. Finaliza questionando se essas atitudes são de um administrador 100% correto, e pede que cada um tire sua conclusão. **Helena Lúcia Herrmann (MDB) –** Cumprimento a todos os presentes, em especial Patrícia Herrmann, que foi convidada para explanar sobre a reestruturação do comércio; e ao Tiago Schorr, que representa o grupo que usará a tribuna. Inicia sua fala afirmando que responderá na semana seguinte as questões levantadas pela vereadora Rosani, e adianta que tem certeza de que a Administração Municipal não está fazendo nada incorreto. Conta que olhou o decreto do governador, e baseado nisso o prefeito tem que seguir normas, e por isso não tem autonomia legal para descumprir os decretos. Da mesma forma, diz que os vereadores são regidos por leis, e cita regimento interno sobre o funcionamento da Câmara e sobre a tribuna, para qual devem ser levados apenas assuntos de interesse da comunidade. Fala sobre o ano difícil que vivemos, por conta da estiagem e da pandemia, e que agora é agravado por causa da enchente que atingiu o Vale do Taquari, em especial Lajeado. A vereadora volta a falar sobre regras da Câmara, observando que o público não pode se manifestar durante a sessão, a não ser na tribuna. Ressalta que o prefeito também tem que obedecer as leis, que vêm de cima para baixo. A vereadora elogia o trabalho da Patrícia, também pelo Bazar do Bem, que muitas vezes já repassou verbas para a Liga do Combate ao Câncer. Por fim, afirma que os vereadores e o prefeito não são contra auxiliar os agricultores. **Márcio Luiz Haas (PTB)** – Cumprimenta a todos, agradece a presença da Patrícia e do Tiago, e reafirma que a comunidade está preocupada com a pandemia que fechou comércios, bares e canchas de bocha seguindo-se a determinação estadual, com exceção de alguns pelo que lhe parece, de acordo com o movimento. Salienta que alguns governadores não seguiram o decreto federal, entre eles o do RS. Ressalta que a vereadora Rosani não quis citar que algum vereador é contra agricultor ou comércio. Reforça que o questionamento é sobre o decreto municipal, do início da pandemia, o qual cortou todos os FGs, com exceção de dois ou três, além de encerramento de contratos. Diz que apesar da pandemia ainda estar presente, contratos e FGs foram retomados, o que contraria o decreto caso ele não tenha sido alterado. Diz para Patrícia que espera que o programa municipal auxilie o comércio de forma concreta, o que foi pedido pelos vereadores ao longo da pandemia. Cita que passou de R$ 1 milhão os recursos destinados ao Município em função da pandemia. **TRIBUNA LIVRE:** **Patrícia Herrmann**, representante do Condescla – diz que o grupo leva ideias de desenvolvimento para o poder público municipal – fala sobre estratégias a serem adotadas para o desenvolvimento em diversos setores ligados a produção, comércio e serviços. Conta que várias ideias não puderam ser colocadas em prática durante o ano por conta da pandemia e do isolamento social. Neste período, diz, a estratégia foi ouvir pessoas locais sobre o que poderia melhorar. Patrícia fala sobre uma medida que aplicou em sua loja, por meio de uma consultoria contratada por conta própria, para diminuir os custos e assim não precisar vender tanto para cobrir os custos fixos e endividar os clientes, aprendizado que segundo ela fica de legado para após a pandemia. Afirma que campanha de incentivos ao consumo poderia não dar resultado, visto que há uma situação financeira que afeta a população neste momento. Diante disso, apresenta a possibilidade de empresários se inscreverem, a partir desta semana, para receberem os cursos do Sebrae que visam reestruturar caixa e sistemas adotados pelos empresários. Adianta que o curso para cada pessoa interessada representa R$ 5 mil, caso fosse contratada uma empresa particular, e informa que custos os são divididos entre Sebrae e Administração Municipal, cabendo ao Município entre R$ 230 e R$ 280; ou seja, será gratuito para os inscritos. Informa que em um primeiro momento serão abertas 50 vagas, e convida a todos para divulgarem as informações na comunidade. Conta também que é necessário reestruturar a associação comercial de Santa Clara do Sul, que segundo ela não está mais atuante~~s~~. Diz que muitas pessoas reclamam, mas que é difícil encontrar voluntários para retomar as ações que cabem legalmente à associação, como sorteio de motos. Diz que hoje não há uma diretoria, e que na semana seguinte será feita uma convocação para a formação de nova diretoria. **Tiago Schorr –** funcionário da empresa Fliegen e instrutor de Karatê, representa o Movimento Popular que visa a garantia e manutenção dos direitos e a preservação dos empregos, motivando a economia sem descuidar da saúde. Informa que o movimento foi iniciado três dias antes em Santa Clara do Sul para movimentar a população, por meio de abaixo assinado (até o momento com 428 assinaturas). Adianta que o grupo não representa partido político e que não atua de forma irresponsável, assim como não está para defender nenhum lado político para não aumentar a polarização e nem atuar de forma radical pedindo fim do STF. Entende que o risco patológico existe, mas acredita que a situação não deva ser tratada da forma com que é tratada hoje – como por exemplo as restrições ao comércio e aos serviços. Parabeniza a Patrícia por ter a preocupação por buscar formas de reverter a crise local, e também diz que compactua com a gestão do prefeito Paulo Kohlrausch. No entanto, ressalta que o mesmo governador que impõe regras de restrição ao prefeito é o que desrespeita direitos previstos na Constituição, como os direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, o transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e infância e assistência aos desamparados. Sobre isso também aborda notícias de empresas demitindo por conta de dificuldades financeiras e tantas outras com problemas financeiros. Diz que o governador se contradiz sobre os cuidados da Saúde quando não incentiva o aumento dos empregos e das oportunidades. Entende que há omissão do Estado quando a responsabilidade não é delegada ou quando não decide em favor do coletivo. Baseado em números, Tiago também comenta que o Auxílio Emergencial torna-se oneroso à União e mantém as pessoas dependentes desse amparo governamental. Por isso, entende que o trabalho é o que vai manter o povo. Por fim, pede apoio aos vereadores para que se busque apoio dos municípios vizinhos, com intuito de que o protesto chegue até a Assembleia Legislativa. Ressalta que o grupo quer que algo seja feito antes que seja tarde. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente Márcio Luiz Haas determinou a vigésima quarta (24ª) sessão ordinária para o dia 15 de julho de 2020, às dezenove horas (19h00min), na sede do Poder Legislativo. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, vice-presidente e secretária da mesa. Santa Clara do Sul, 08 de julho de 2020.

Márcio Luiz Haas José Adair Matthes Rosani Maria Hendges Richter

 Presidente Vice-Presidente Secretária